

A FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES QUE ATUAM NAS ESCOLAS EM PRISÕES: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO

THE SPECIFIC TRAINING OF TEACHERS WORKING IN SCHOOLS IN PRISONS: A TRAINING PROPOSAL

Maria Leda Melo Lustosa Pereira 1
José Wilson Rodrigues de Melo 2
Patrícia Medina 3

Resumo: O presente estudo se preocupou em buscar respostas dos professores sobre suas necessidades de desenvolvimento profissional que lhes qualifique para atuar em escolas em prisões. A pesquisa empírica teve por amostra 33 professores, lotados em 10 escolas em prisões localizadas em nove municípios do estado do Tocantins no ano de 2018 e 2019. A investigação constatou que nos últimos 2 anos (2017-2018) 54,5% dos pesquisados afirmaram não ter participado de nenhuma atividade de desenvolvimento profissional relacionadas a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em prisões. 73% disseram não ter participado de formação específica antes do início do ano letivo de 2019. E 67% dos professores considerou a Especialização (lato sensu) em Educação em Unidades Prisionais, com carga horária mínima de 360h/aula como a formação específica necessária à sua qualificação continuada. Os dados subsidiaram a proposta de formação específica para docentes das escolas em prisões para o estado do Tocantins.

Palavras-chave: Formação Específica de Professores. EJA Prisional. Escolas em Prisões. Proposta de Formação Específica.

Abstract: The present study was concerned with seeking answers from teachers about their professional development needs that qualify them to act in schools in prisons. The empirical research sampled 33 teachers, working in 10 schools in prisons located in nine municipalities of the state of Tocantins 2018 and 2019. The research found that in the last 2 years (2017-2018) 54.5% of those in 2018 and 2019. The investigation found that in recent years 2 years (2017-2018) 54.5% of those surveyed stated that they had not participated in any professional development activity related to Youth and Adult Education (EJA) in prisons. 73% said they had not participated in specific training before the start of the 2019 school year. And 67% of teachers considered specialization (lato sensu) in Education in Prisons, with a minimum workload of 360h/class as the specific training necessary for its continued qualification. The data supported the proposal of specific training for teachers of schools in prisons for the state of Tocantins.

Keywords: Specific Teacher Training. Prison EJA. Schools in Prisons. Specific Training Proposal.

Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora de Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC). Coordenadora Pedagógica no Centro de Ensino Médio Tiradentes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2484522282956896>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7005-6016>. E-mail: ledamlustosa@uol.com.br

Pós-doutor em Sciences de l'Éducation pela Université de Montréal - Udm, Canadá. Doutorado em Didacta e Organización Escolar pela Universidade de Santiago de Compostela - USC, Espanha. Professor Efetivo da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6897023241348861>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6822-1203>. E-mail: jwilsonrm@mail.uft.edu.br

Doutora em Educação: Cultura e Processos Educacionais pela Universidade Federal do Goiás. Coordenadora do Curso de Pedagogia da UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2860664409387797>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9383-2858>. E-mail: patriciamedina@uft.edu.br

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado que aborda a Formação Específica de Professores, analisa e faz proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais do estado do Tocantins. Diferentemente da formação continuada dos professores que atuam nas escolas da rede regular de ensino, pois tratará de uma formação específica dos professores que exercem a docência em ambientes totalmente diversos da escola regular, a escola em prisões.

O Termo Formação Específica dos professores que atuam com alunos privados de liberdade nos estabelecimentos penais, está contemplado em vários documentos legais, dentre eles: a) Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024), Meta 9, Estratégia 9.8, alia a oferta de educação em sistemas prisionais à necessidade de assegurar a formação específica de professores; o mesmo se dá relativamente a Meta 10, estratégia 10.10 que orienta para a expansão de EJA articuladamente com ensino profissional nos estabelecimentos prisionais somada a formação específica; b) No âmbito estadual há previsão no Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO) (2015-2025), Anexo à Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015 (TOCANTINS, 2015) que indica que a formação continuada destes professores, assim como do ensino regular, deva se dar em regime de colaboração com a União.

Neste contexto, destina-se ao grupo de professores das escolas em prisões, que mesmo ensinando alunos do ensino fundamental e médio na modalidade EJA, requerem uma formação continuada distinta daquela ofertada para professores da educação básica do ensino regular, pois deverá ser elaborada levando-se em consideração o currículo de EJA em prisões, considerando as especificidades da escola, do local que está inserida, dos alunos, dos recursos didáticos pedagógicos que poderão ser utilizados, entre outras especificidades advindas da prisão, uma vez que o conjunto de experiências que concretizam a formação específica destes professores deverá “articular a atitude reflexiva, tanto na prática pedagógica do professor quanto na formação do educando” (ANDRIOLA, 2013, p. 187).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) Lei nº 9.394/1996 ao destinar a EJA para “alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, art. 37, 1996) distanciou-se dos alunos privados de liberdade, pois além de estarem com distorção idade série, ainda se encontram em um ambiente aprisionado com normas de segurança que se estendem ao espaço da escola.

Também o professor precisa se adequar às normas do sistema prisional necessitando de autorização da equipe dirigente dia após dia para adentrar na sala de aula, além de ter que ajustar todos os materiais e recursos didáticos de utilização coletiva ou individual às premissas de segurança, o que demandará uma formação específica metodologicamente diversa daquela dada aos professores que atuam no ensino regular.

Percurso Metodológico: caminho percorrido

A pesquisa empírica foi aplicada no período entre 31 de janeiro e 10 de maio de 2019 e seguiram critérios de inclusão e exclusão pré-determinados e dentre estes, a pesquisa se destinou aos professores que tinham experiência na docência em uma escola em prisões por pelo menos 1 ano letivo.

Dos 56 professores informados pela Secretaria de Educação (SEDUC/TO), responderam à pesquisa 33 professores, igual a 59% dos lotados em 10 escolas, sediadas em nove municípios do Estado, no ano letivo de 2018 e 2019.

Os professores participantes faziam parte do quadro de lotação das escolas/municípios:

Palmas: Escola Estadual Nova Geração, na CPP; 2. Palmas: Escola Estadual Setor Sul – Extensão na UPF; 3. Miracema: Centro de Ensino Médio Santa Terezinha – Extensão na Cadeia Pública; 4. Porto Nacional: Escola Estadual Professora Alcides Rodrigues Aires – Extensão na CPP; 5. Talismã: Escola Estadual Talismã – Extensão na UPF; 6. Cariri do Tocantins - Centro de

Reeducação Social Luz do Amanhã; 7. Tocantinópolis: Escola Estadual Giulio Moretti/Ens. Fundamental e, Escola Estadual José Carneiro de Brito/ Ens. Médio – ambas Extensão na Cadeia Pública; 8. Arraias: Escola Estadual Silva Dourado – Extensão na Cadeia Pública; 9. Babaçulândia: Escola Estadual Rui Barbosa – Extensão na UPF; e 10. Lajeado: Escola Estadual Nossa Senhora da Providência – Extensão na UPF (PEREIRA, 2019, p. 18).

Duas intercorrências demandaram ajustes na composição da amostra: a primeira foi a interrupção das aulas do Colégio Estadual Sonho de Liberdade, localizado no Presídio Barra da Grota no município de Araguaína/TO, “em decorrência de uma rebelião com professora usada como escudo humano para oportunizar a fuga de detentos” (PEREIRA, *et. al*, 2019, p. 149), o que levou a exclusão da amostra.

A segunda foi a suspensão das aulas a partir de 27 de março e não retornando durante todo o ano de 2019 na Escola Estadual Nova Geração em Palmas/TO, com a “prisão em flagrante de um professor da unidade escolar que tentava (segundo noticiado na mídia) entrar na CPP com aparelhos celulares, dinheiro, carregadores e fones de ouvido, [...], (PEREIRA, *et. al*, 2019, p. 149) o fato prejudicou a amostra em 50%.

A identificação dos pesquisados se deu mediante estabelecimento de indicadores de caracterização em todos os questionários, assim nominados: U (unidade), I – IX (corresponde nº dos municípios) e 01 – 33 (quantidade de questionários), respectivamente: U-I-01 a U-IX-33, para preservar a identidade dos professores.

Procedimentos Metodológicos

A abordagem utilizada foi a quali quantitativa na perspectiva da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), assim descrita: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação¹.

A análise quantitativa dos dados foi considerada a frequência dos conteúdos, priorizando a ordem decrescente (da maior para menor) indicada pelo respondente, gerando tabelas/quadros que possibilitaram o entendimento de forma clara e objetiva dos resultados.

Enquanto a análise da abordagem qualitativa foi considerada a presença ou ausência de uma dada característica em um determinado fragmento da mensagem dada pelo respondente, que ao final foram elaborados textos relacionados ao contexto da pesquisa.

Breve resumo da realidade do sistema prisional brasileiro e tocantinense

A população prisional no Brasil ultrapassou a marca histórica de 726 mil pessoas privadas de liberdade. Mesmo assim o Infopen/2017 apontou que houve “redução da taxa de crescimento desta população quando comparada com anos anteriores” (INFOPEN/2017, 2019, p. 8)².

O relatório aponta o percentual relacionado a faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo que “29,9% possuem entre 18 a 24 anos, seguido de 24,1% entre 25 a 29 anos e 19% entre 35 a 45 anos. Somados o total de presos até 29 anos de idade totalizam 54% da população carcerária” (INFOPEN/2017, 2019, p. 30). Isso representa mais da metade

1 Nota explicativa: Os autores publicaram um artigo científico contendo dados parciais da pesquisa de mestrado com o Tema: Educação e Formação: Reflexos sobre a educação como direito constitucional para os privados de liberdade no estado do Tocantins. Revista Humanidades e Inovação, v. 6, n. 18, 2019, p.145-154.

2 Os dados apresentados no presente artigo são da pesquisa de mestrado concluída, bem como as informações relacionadas aos dados das pessoas privadas de liberdade no Brasil foram atualizados, conforme o INFOPEN/2017, publicado em 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

da população carcerária brasileira formada por jovens e adultos.

Em relação a escolaridade dos presos, verificou-se que as ações relacionadas à erradicação do analfabetismo no Brasil não têm alcançado a população carcerária do país. Os dados revelaram a existência de uma superpopulação com baixo grau de escolaridade no sistema penitenciário brasileiro.

[...], 51,3% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 14,9% com Ensino Médio Incompleto e 13,1% com Ensino Fundamental Completo. O percentual de presos que possuem Ensino Superior Completo é de 0,5% (INFOPEN/2017, 2019, p. 34-35).

Os dados apontados pelo Infopen/2017, demonstram que mais da metade da população carcerária do Brasil não possuem o ensino fundamental completo reforçando, contudo, a importância que deve atribuir as pesquisas no campo educacional prisional.

A população prisional no estado do Tocantins era constituída por 3.573 pessoas privadas de liberdade (INFOPEN/2017, 2019, p. 8). Sendo que 322 pessoas estavam em atividades de ensino escolar, correspondente à 7,37%. Em relação as atividades educacionais complementares não possuem dados correspondentes (INFOPEN/2017, 2019, p. 57).

No ano de 2018, o Tocantins possuía 3.639 pessoas privadas de liberdade, conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Monitoramento em Prisões - BNMP 2.0/CNJ (BRASIL, 2018), sendo utilizados como parâmetro para visualizar a oferta de ensino nas escolas em prisões no ano de 2019/1, conforme especificado no quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Número de professores lotados e alunos matriculados no ano letivo de 2019/1 nas escolas em prisões do Tocantins

Cidades do estado do TO que possuem escolas em prisões	Escolas	Número de professores	Número de alunos	Outras informações
15	16	56	310	04 escolas com as aulas suspensas

Fonte: Pesquisa Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais de estado do Tocantins (PEREIRA, 2019, p. 46).

Os dados refletem a crescente realidade do caos prisional que se alastra em todo país, não sendo diferente no Tocantins.

Achados da Pesquisa:

Caracterização: perfil dos professores pesquisados

As informações relacionadas ao estado civil, sexo e idade constaram da pesquisa somente como dados relacionados ao perfil do respondente, não tendo influência quanto ao objeto da pesquisa, a formação específica almejada pelos professores.

Quanto a formação inicial dos professores, todos os respondentes afirmaram possuir curso superior, seja em Pedagogia ou nas Licenciaturas. Além de 39% dos professores afirmaram possuir especialização (*lato senso*) em áreas afins da formação inicial.

Em relação ao tempo de docência em uma escola em prisões, após a sistematização dos dados comprovou-se que 90,9% trabalhavam em uma escola em prisões entre 1 a 5 anos.

Outro item perguntado na pesquisa diz respeito ao vínculo empregatício dos pesquisados que revelaram que mais de 78% são contratos por tempo determinado. Este resultado é

bastante preocupante, pois influencia diretamente na formação continuada dos professores, que envolve investimento público de forma continuada e sendo o quadro temporário não tem como formar um quadro de professores especializados para a docência na escola em prisões de forma permanente.

Por outro lado, os resultados também se apresentaram de forma positiva ao demonstrar que o Tocantins tem garantido a EJA em todas as modalidades de ensino, oportunizando a continuidade do ensino para as pessoas privadas de liberdade.

Atividades de formação dos professores nos anos de 2017-2018

A pesquisa procurou mensurar as atividades de formação em serviço de curto e médio prazo realizada pelos pesquisados nos anos de 2017-2018, relacionadas as temáticas:

Curso de qualificação; Visita de observação em outra escola; Participação em atividades específicas para os professores da escola em prisões; Cursos/oficinas; Conferências ou seminários; Planejamento de aulas; Atividades de formação em serviço; e, Leitura de livros e artigos científicos (PEREIRA, 2019, p. 74).

Os dados evidenciaram que houve participação dos pesquisados em algumas das temáticas apresentadas. No entanto, o que se observou é que em relação a participação e os impactos analisados não houve em nenhum dos quesitos apresentados uma atividade contínua para o conjunto de professores, poucos foram envolvidos e a grande maioria afirmaram não ter realizado nenhuma das atividades.

Seguindo a mesma linha de raciocínio acima, em relação as atividades de formação em serviço, procurou-se conhecer a carga horária das atividades realizadas, entre elas: atividades com carga horária de até 20 horas; acima de 20 horas até 60 horas; e, acima de 60 horas. Neste quesito, a análise confirmou que embora os pesquisados tenham realizado algum tipo de atividade de formação no período indicado, a grande maioria, ou seja mais de 54% afirmou não ter realizado nenhuma (0,0%) formação em serviço computando carga horária de formação.

Outro ponto pesquisado e considerado essencial para subsidiar a ação docente durante o ano letivo, são as ações de formação e planejamento didático pedagógico que antecedem o início das aulas. Com isto, os professores participantes da pesquisa foram indagados sobre essas atividades realizadas que antecederam o ano letivo (2019) nas escolas de lotação.

Quadro 2. Atividade de formação antes do ano letivo de 2019/1.

Formação no início do ano letivo de 2019	Professores (%)
Não participaram	73%
Participaram	18%
Outra atividade	09%

Fonte: Pesquisa Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais de estado do Tocantins (PEREIRA, 2019, p. 77).

Com isto, reforça-se a necessidade de se elaborar um currículo norteador ou outros referenciais de ação para embasar a ação docente do professor que atua com alunos privados de liberdade de forma a garantir o envolvimento de todos os professores.

Práticas de Ensino, Tempo Pedagógicos e Atitudes

Todo processo de formação continuada do professor objetiva respaldar sua prática docente, para tanto, outros fatores devem ser considerados para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça.

Com isto, a pesquisa procurou conhecer como acontece a prática docente no contexto da sala de aula em uma escola em prisões, tais como:

Tempo disponível para o planejamento de aula; a (in)existência de recursos audiovisuais para suporte pedagógico; material didático do aluno (livros, cadernos, lápis, borracha, caneta); livro didático do aluno; biblioteca para uso do aluno; material didático pedagógico para uso do professor (PEREIRA, 2019, p. 78).

Os professores participantes afirmaram que o tempo disponível para o planejamento de aula é suficiente, bem como, existem na sala de aula recursos audiovisuais, materiais didáticos para uso do aluno e do professor. Os demais como: livro didático e a biblioteca para uso do aluno foram apontados pelos participantes que discordam quanto a sua existência no espaço em que trabalham.

O tempo de aula dos alunos/carga horária foi outro quesito pesquisado, levando em consideração que a escola cumpre regras específicas de segurança. Nesses quesitos os professores responderam que tanto a carga horária, como tempo em sala de aula do aluno e a frequência semanal cumpre com a legislação educacional (PEREIRA, 2019, p. 79).

Ainda nesse item foram pesquisados também sobre o espaço físico e equipamentos que compõem a escola, conforme abaixo:

As salas conjugadas (professor, direção, secretaria) são adequadas; o banheiro para uso do aluno é acessível; a sala de professor é adequada; o refeitório (lanche escolar) atende todos os alunos; o banheiro para uso do professor é acessível; a sala de aula é adequada para os alunos (tamanho, mobiliário, iluminação); os materiais para uso do professor são suficientes (pincel de quando branco, xerox, papel A4, lápis de cor, etc.) (PEREIRA, 2019, p. 79-80).

Os resultados apontaram que as escolas localizadas no sistema prisional do Tocantins não possuem estrutura física adequada para atender alunos e profissionais da educação. Mais de 69% dos pesquisados afirmaram que com exceção do item materiais para uso do professor (pincel para quadro branco, xerox, papel A4, lápis de cor, etc.) todos os demais são inadequados.

Assim, além da formação específica adequada, o Tocantins também precisará ampliar, reformar e construir escolas que atendam o mínimo necessário para que as aulas possam ser ofertadas aos privados de liberdade.

Outros pontos pesquisados como a autoavaliação do professor em relação a sua atuação na escola em prisões (PEREIRA, 2019, p. 81-83); acesso ao prédio escolar (PEREIRA, 2019, p.83); participação e tomada de decisões (PEREIRA, 2019, p. 84). E, disciplinas, modulação do professor (PEREIRA, 2019, p. 85) também foram pesquisados.

Em todos os quesitos, os resultados apontaram para a urgência de se reformular o atendimento educacional nesses espaços, desde a formação específica, a reestruturação física da escola, a inclusão do professor na tomada de decisões em relação ao espaço interno da escola, que envolvem: a proposta pedagógica, a participação na elaboração e reestruturação do PPP, do Plano de Educação em Prisões e em outras ações que envolva diretamente a escola no sistema prisional. Pois sem o envolvimento direto dos professores, dificilmente as ações de ensino

terão resultados de ressocialização e reintegração social dos alunos privados de liberdade.

Proposta de Formação Específica: uma ação necessária como complemento da formação inicial dos professores da escola em prisões

A base educacional de formação específica para professores que atuam nas escolas do sistema prisional encontra-se referenciada na pesquisa de Andriola (2013, p.189). Os temas foram indicados para compor a análise do professor pesquisado, o qual deveria levar em consideração as suas necessidades de formação continuada para atuar em uma escola em prisões.

As temáticas foram divididas em quatro grupos, sendo estes:

1) Temas associados a Educação de Jovens e Adultos em prisões:

Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional; Currículo de EJA; Legislação e didática em EJA; Estrutura de funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio; Ensino em um ambiente multicultural; Alfabetização em EJA; Estrutura de funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio; Pedagogia de Paulo Freire; Educação popular.

2) Temas associados a Educação em Prisões:

Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos; Educação Prisional no Brasil; Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP).

3) Temas associados as Ciências Humanas (grandes áreas):

Relações Humanas; Psicologia Social; Filosofia da Educação; Avaliação; Sociologia da Educação; Psicopedagogia; Metodologia da Pesquisa; Antropologia Cultural.

4) Temas associados a Legislação Nacional e Estadual:

Legislação Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade); Legislação Nacional (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade) (PEREIRA, 2019, p. 87-88).

Os temas avaliados como nenhuma necessidade ou pouca necessidade foram excluídos da pesquisa. Os demais foram sistematizados na ordem decrescente, de maior para menor necessidade.

Após a avaliação feita pelos pesquisados, foi solicitado que apontassem dentre as ações: 1) Especialização (*lato senso*) em Educação em Unidades Prisionais (carga horária mínima de 360h/a); 2) Aperfeiçoamento profissional (carga horária de 180h/a); 3) Cursos de curta duração (carga horária menor ou igual a 40h/a) e; 4) Outra ação que recomendaria como adequada para suprir os déficits no seu processo de formação docente. Destes, 67% dos pesquisados indicaram como atividade de formação a “Especialização (*lato senso*) em Educação em Unidades Prisionais” (carga horária mínima de 360h/a).

Após a sistematização dos dados, os temas de maior relevância foram transformados em V Módulos que compõe a proposta de formação específica, de acordo com as necessidades profissionais apontadas pelos professores - Dimensões e Disciplinas (créditos e carga horária).

Quadro 3. Dimensões e Disciplinas (créditos e carga horária)

Dimensões	Disciplinas	Créditos	H/aulas
Módulo I Temas associados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Gestão dos Espaços Pedagógicos Destinados a EJA no Sistema Prisional	3	45
	Currículo de EJA	3	45
	Legislação e didática em EJA	2	30
	Estrutura e funcionamento da EJA do ensino fundamental e médio	2	30
Módulo II Temas associados a Educação Prisional	Direitos Humanos e Educação de Jovens e Adultos	2	30
	Educação Prisional no Brasil	1	15
	Introdução ao Direito Penal e a Lei de Execução Penal (LEP)	1	15
Módulo III Temas associados as Ciências Humanas	Relações Humanas	1	15
	Psicologia Social	1	15
	Filosofia da Educação	1	15
	Avaliação	2	30
Módulo IV Temas associados Legislação Nacional e Estadual	Legislação Nacional e Estadual (que regulamenta a EJA para os privados de liberdade)	1	15
Módulo V Temas associado ao trabalho de professor em sala de aula com classes multisseriadas	Metodologias Ativas	1	15
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Metodologia da Pesquisa	2	30
	TCC – Projeto desenvolvido no contexto da escola em prisões (Definir)	4	60
TOTAL		27	405

Fonte: Pesquisa Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais de estado do Tocantins (PEREIRA, 2019, Apêndice A).

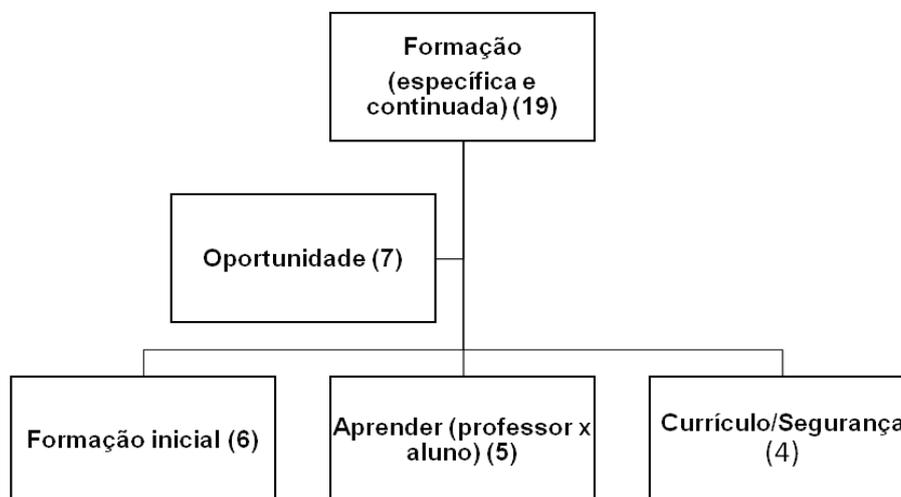
O que os professores pensam da Formação Específica?

A leitura da questão subjetiva respondida pelos professores sobre os desafios da atuação docente em uma escola em prisões, trouxe vários ensinamentos, entre eles acreditar no ser humano. 76% responderam a respeito de sua experiência profissional no ambiente carcerário, levando em consideração a sua formação docente (inicial e continuada).

As palavras que se repetiram com maior frequência foram: formação (específica ou con-

tinuada), oportunidade, formação inicial, aprender (professor x aluno), currículo e segurança. Essas palavras deram origem a uma unidade de sentido construída no infográfico que segue:

Infográfico 1. Unidade de sentido das percepções dos professores em uma escola em prisões.



Fonte: Pesquisa Formação Específica de Professores: análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais de estado do Tocantins (PEREIRA, 2019, p. 90).

Os pesquisados ao relatarem suas experiências e desafios em uma escola em prisões, reforçam o quão grande é o sentimento de pertencimento, de acreditar que o ser humano é capaz de mudar, de se desenvolver, independente do ato que cometeu.

Nesse sentido, os professores respondentes, acreditam que o aluno privado de liberdade aprende, não só o ato de aprender, mas o de ensinar e aprender dentro de um contexto amplo, que ultrapassa os muros da prisão.

Os sentimentos retirados das escritas dos professores expressam “experiência transformadora” (U-I-01), “grande desafio” (U-I-02 e U-I-07), “crescimento pessoal” (I-III-17), “trabalho relevante” (U-V-25 e U-II-13), “novo aprendizado” (U-VI-27), “olhar diferenciado” (U-I-04), “oportunidade (07), levando em consideração que através de sua ação educadora estarão contribuindo “com os dias e um futuro melhor de pessoas consideradas e, ou excluídas da sociedade” (U-III-17) (PEREIRA, 2019, p. 90).

O destaque maior está na importância e relevância da formação específica, como ato que preencherá as lacunas deixadas pela formação inicial e que trará uma contribuição (re) significativa ao exercício da docência em uma escola em prisões.

Para entender os significados atribuídos pelos pesquisados a respeito da importância da formação específica foram retirados excertos da pesquisa de Pereira (2019):

[...], a falta de formação específica revela a ausência de interesse no processo de ressocialização porque a mesma é proporcionada por uma educação de qualidade (U-III-18).

[...], com cursos de formação conseguirão contribuir para a transformação de vida de mais reeducandos (U-III-16).

[...], trabalho que tem resultados positivos em relação à postura atual e futura do ser humano, mesmo não tendo formação continuada e acompanhamentos pedagógicos por equipes de suporte pedagógico (U-VII-29).

A formação específica almejada pelos professores é sobretudo a que trará subsídios para o processo de ensino e aprendizagem dentro de um contexto ressocializador que proporcione ao aluno privado de liberdade uma expectativa de vida em sociedade.

Considerações Finais

Pesquisar sobre a formação específica de professores que atuam nas escolas em prisões, sobretudo no estado do Tocantins, foi uma experiência de grande valor para a vida profissional da pesquisadora, enquanto professora da educação básica da rede estadual de ensino.

Aprender com os professores respondentes da pesquisa sobre o processo de ensinar, revelou-se na expectativa de que todo aluno aprende, independentemente do local que a escola está inserida e para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivo é necessário que as condições didáticas pedagógicas estejam alinhadas com as condições favoráveis de convívio em grupo, como por exemplo o espaço físico que deve proporcionar o mínimo de conforto ao aluno e ao professor durante todo o tempo de aula.

A pesquisa empírica resultou da aplicação de um questionário contendo questões de ordem pedagógica e estrutural que amparam o professor para desempenhar sua função na sala de aula.

Se estivéssemos falando de uma sala de aula do ensino regular, em tese, todos os processos pesquisados cumpriram com as necessidades de formação do professor. No entanto, por tratar-se de aluno adulto, privado de liberdade e do espaço em que a aula acontece é necessário que primeiramente o professor esteja capacitado para adentrar àquele espaço totalmente diverso da realidade que constituiu a experiência formativa do docente (escola regular) e os lugares nos quais está usualmente inserido como pessoa e professor.

Desenvolver a docência no espaço relatado pelos respondentes, com sala multisseriadas, dividida por carteiras, sem iluminação adequada, sem o apoio do livro didático, de uma biblioteca ou de outros recursos didáticos que não se adequam as orientações administrativas da unidade prisional é para homens e mulheres que merecem todo o respeito da sociedade, são professores garantidores dos direitos humanos fundamentais para os privados de liberdade, a garantia e efetividade do ensino formal nas prisões. Portanto, também detentores de direito a exercerem a profissão com dignidade.

Todos os professores participantes da pesquisa afirmaram terem curso superior para atuar na área e no nível pesquisado. Alguns, complementam carga horária com outras disciplinas afins, o que não constitui uma ilegalidade. Neste quesito, o Tocantins tem garantido professores com formação adequada para atuar na educação básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos em todos os segmentos.

Entretanto, se a formação é adequada para espaços regulares, em escola socialmente inserida na comunidade, para atuarem em uma escola em funcionamento em espaços prisionais, carecem de formação específica que lhes qualifique para atuar em espaços diversos daqueles que desenvolveram seus estágios na formação inicial.

Os resultados apontaram ainda, que os professores pesquisados possuem experiência na docência. Em escola em prisões a maioria já atuava à época da pesquisa, entre um e cinco anos.

O quesito qualificador para participar da pesquisa exigiu que o respondente ao menos tivesse um ano na docência em uma escola em prisões para que fosse fundamentado as atividades de desenvolvimento profissional nos últimos 2 anos (2017-2018).

O cenário resultante construiu um quadro bastante preocupante, revelou que mais de 54% dos professores afirmaram não terem feito nenhuma ação de formação durante o período pesquisado e em relação a formação antes do ano letivo em vigência (2019) 73% afirmaram não terem participado de nenhuma formação para subsidiar o planejamento de aula. Dados que indicaram a inexistência de um programa de formação específica para os professores que atuam nas escolas em prisões no Tocantins.

Finalmente, com base na formação inicial que os respondentes possuem e as condições que compuseram o cenário da investigação, 67% dos professores indicam a formação especí-

fica na forma de Especialização (*lato sensu*) em Educação em Unidades Prisionais, com carga horária mínima de 360h/a, como sendo a forma mais oportuna para complementação da formação inicial e poderem desenvolver a docência em espaços prisionais de forma a proporcionarem aos alunos privados de liberdade um ensino de qualidade e pautado nos princípios da reintegração social.

Referências

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 179-204, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2018.

ANTUNES, Celso. **Como transformar informações em conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.
BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, DE 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/57412abdb54eba909b3e1819fc4c3ef4.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: **Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014**, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação; n. 125).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura). ISBN 978-85-7753-015-1.

Levantamento Nacional de informações penitenciárias: INFOPEN. Atualização – junho de 2016. SANTOS, Thandara (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65 p. il. Color. ISBN 978-85-5506-063-2. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 04 jul. 2018.

Levantamento Nacional de informações penitenciárias: INFOPEN (junho de 2017). MOURA, Marcos Vinícius (Org.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

PEREIRA, Maria Leda Melo Lustosa. **Formação Específica de Professores**: Análise e proposições sobre a atuação docente nos estabelecimentos prisionais do estado do Tocantins. Dissertação (Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos). Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Tocantins, 2019.

PEREIRA, Maria Leda Melo Lustosa; MELO, José Wilson Rodrigues de; MEDINA, Patrícia. Educação e Formação: reflexões sobre a educação como direito constitucional para os privados de liberdade no estado do Tocantins. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v. 6, n. 18, dez. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/63>. Acesso em: 08 abr. 2020.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do To-

cantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/412370/>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TOCANTINS. Lei nº 2.859, de 30 de abril de 2014. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública, e adota outras providências. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/269622/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

Recebido em: 14 de agosto de 2020.

Aceito em: 28 de outubro de 2020.